

A IDEIA

REVISTA LIBERTÁRIA

Fundada em 1974

II Série – Vol. 13 – Nº 68

Outubro 2010

<i>Paulo Eduardo Guimarães</i> A questão operária na I República: historiografia e memória	3
<i>António Cândido Franco</i> Para a compreensão da República em Portugal: a metáfora arboriforme	16
<i>António José Queiroz</i> A “Nova República” (1919-1926)	22
<i>Documento:</i> “O novo regímen – Opinião nossa” [Editorial de <i>A Sementeira</i> , de Outubro de 1910]	28
<i>João Freire</i> A crise continua...	30
<i>Soraya Corrêa Domingues</i> Movimentos ambientalistas do Nordeste do Brasil	48
<i>Maria Luísa Falcão Murta</i> Carta de Juan Eduardo Cirlot a André Breton	62
<i>Jorge Telles de Menezes</i> A pedra da esperança (teatro metafísico)	69
<i>Poesias:</i> <i>João Lopes</i>	72
<i>Paulo Jorge Brito e Abreu</i>	73
<i>Cruzeiro Seixas</i>	74
<i>Registo</i>	75

Nesta segunda época, é propósito dos promotores editar textos de reflexão que lhes sejam propostos sobre os mais diversos temas. Temas que configurem, contudo, uma oportunidade e um espaço de debate e diálogo entre pessoas cidadãs. Ou seja: textos que, podendo envolver matéria política, cultural, social, etc., sejam dirigidos “horizontalmente” ao entendimento e à sensibilidade dos outros. A selecção dos artigos a publicar dependerá da opinião que sobre eles emitirem os membros de uma “rede de conselheiros de redacção”.

Ao lado da edição tradicional impressa em papel, ela será simultaneamente acessível, pelo menos em parte, por via da Internet. Na primeira modalidade, apenas será feita uma tiragem limitada, em função do número de compradores e a um preço de venda que cubra as despesas, o que significará sempre um valor elevado. No segundo caso, o acesso será gratuito e aberto a todos os interessados.

AIDEIA nada renega da sua trajectória anterior, mas também não se considera dela prisioneira. Por isso, parte para esta nova fase sem plataforma ideológica ou projecto programático. E se ostenta o mesmo subtítulo que exibia anteriormente é sobretudo porque continua a considerar a liberdade como seu valor de referência fundamental e não como sinal de reconhecimento de tribo. Escreveu-se em certo momento que nos encontrávamos “no partido do movimento, na pesquisa irrecusável da verdade e na ambição do indivíduo livre sobre a terra livre”. Esse é talvez um bom mote para prosseguir.

Dir., Edit. e Prop.: João Freire Impressão: Papiro-Relevo, Unipessoal, Lda.
Endereço Postal: Apartado 140 – Corroios – Seixal
2494-909 Ourém – Portugal Tiragem: 200 exemplares
Depósito Legal: 3.276/83 Registo título: 104.197 ISSN: 0870-6913

Site na Internet: www.aideia.no.sapo.pt
Endereço Email: aideia@sapo.pt
Blogue: <http://aideialivre.blogspot.com/>

Periodicidade de edição anual, no mínimo.

Publicação não destinada à venda comercial. Envia-se cada número, pelos Correios, contra o donativo de **10 Euros**, destinado a compensar os custos desta edição sem fins lucrativos. Se solicitado, será passado um recibo particular.

Pagamentos: à cobrança, por cheque ou por transferência bancária (é favor identificar o expedidor) à ordem da conta: **NIB 0035 0891 00020837 400 82**

Depositários:

- Centro de Estudos Libertários (aberto aos sábados à tarde)
Azinhaga da Alagueza, Lote X, cave Esq. (Olivais velho) Lisboa
- Livraria “Ler Devagar” (aberta à tarde e noite de 4ª Fª a Dom.)
R. Rodrigues Faria, 103 (Lx Factory - ao Calvário) Lisboa
- Livraria “Utopia” (horário normal do comércio)
R. da Regeneração, 22 Porto

A questão operária na I República: historiografia e memória

Paulo Eduardo Guimarães

A jovem República portuguesa teve de enfrentar, poucos meses após a sua implantação, uma vaga de movimentos grevistas sem precedentes que desafiavam a capacidade dos novos governantes para garantir a ordem interna. Esta vaga, que se arrasta até finais de 1912, mobiliza trabalhadores urbanos e os assalariados rurais do sul, afecta empresas nacionais e estrangeiras do sector moderno e exportador, das minas aos transportes urbanos e portos, da indústria à agricultura. Ela ocorre quando os republicanos buscavam ainda o reconhecimento externo do frágil regime e, internamente, procuravam consolidar as suas bases sociais de apoio ao mesmo tempo que enfrentavam a hostilidade interna dos monárquicos e a invasão militar liderada por Paiva Couceiro a partir da Galiza.

Ao longo da sua curta e atribulada existência, a República teve de se confrontar com um movimento operário organizado e revolucionário, autónoma na acção e na sua estratégia face às diversas forças políticas em presença. Apesar da legislação social promulgada e dos dispositivos legais existentes para a arbitragem e resolução dos conflitos, a acção dos sucessivos governos republicanos foi pautada pela repressão reactiva à escalada dos conflitos sociais, mais até do que pela acção vigilante junto das organizações sindicais e das associações populares.

A incapacidade do liberalismo republicano resolver a chamada “questão social” e de garantir a Ordem Pública constituiu um dos fundamentos legitimadores tanto da Ditadura Militar que pôs fim ao regime parlamentar como da política social autoritária instaurada com a ordem corporativa em 1933. Com a repressão do movimento sindical livre e colocados os sindicatos sob tutela governamental durante quase meio século, a memória daquela experiência de luta pela emancipação social quase se perdeu. O seu resgate foi uma tarefa frequentemente militante, empreendida por historiadores, sociólogos, intelectuais e antigos militantes sociais. Neste contexto, o movimento operário foi por vezes constituído personagem central na história da I República e na narrativa do seu desenlace histórico.